

O senhor Ávila e os conferencistas do Casino

Quem a 6 de Junho de 1871 se dirigisse ao edifício do «Casino Lisbonense» teria uma surpresa. Uma porta encerrada ostentava um edital proibindo as conferências que ali se costumavam realizar às segundas-feiras. A portaria especificava que as mesmas haviam sido interditas por ter chegado ao conhecimento de el-rei que ali se expunham doutrinas atacando a religião católica e as instituições políticas do Estado. Tudo isto, o gesto como a linguagem, era invulgar.

Vejamos o que acontecera. O programa das conferências começava por advertir que se estava a viver «uma transformação política» e que era de primarcial importância resolver-se «a questão de saber como deve regenerar-se a organização social»¹. Antero e os seus amigos tinham decidido: «Abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-se sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos.» Em resumo, desejavam «ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada», para o que pediam «o concurso de todos os partidos, de todas as escolas, de todas aquelas pessoas que, ainda que não partilhem as nossas opiniões, não recusam a sua atenção aos que pretendem ter uma acção — embora mínima — nos destinos do seu país, expondo pública mas serenamente as suas convicções e o resultado dos seus estudos e trabalhos». Por ora, tudo muito harmónico.

Na imprensa, Eça de Queirós divulgava, de forma um pouco diferente, o acontecimento. Numa das *Farpas*, publicada em Maio de 1871, explicava: «É a primeira vez que a revolução, sob a sua forma científica, tem em Portugal a palavra.» A associação entre «revolução» e «forma científica» era

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Na França do II Império também tinha tido lugar este tipo de conferências (v. P. Nord, *The Republican Movement*, Londres, Harvard University Press, 1995, pp. 192-195).

a novidade. Alguns sectores desconfiaram da ousadia, não tardando os organizadores a adoptar, em relação a estes, um tom de troça: «O *Jornal do Comércio*, representante da burguesia liberal, foi algum tempo republicano e dizia aos tiranos coisas desagradáveis que deviam magoar Napoleão III, o defunto Calígula e outros ex-opressores.» Mas agora, afirmavam, andava assustado: meia dúzia de palestrantes serviam, afinal, para o apavorar. Ora, proclamava Eça, eles apenas queriam discutir a revolução «serenamente como uma ciência a estudar». Este pensava, ou declarava pensar, que no «Casino Lisbonense» se iriam ouvir as vozes dos proletários, mas que isso era não só legítimo como necessário: «É muito mais cómodo encontrarmos com quem represente o proletário, sossegadamente, na sala do Casino, do que encontrarmos o próprio proletário mudo, taciturno, pálido de ambição ou de fome, armado de um chuço à embocadura de uma rua.» Dirigindo-se aos críticos, declarava: «Fazer conferências — se bem atentamos neste acto — reconhece-se que é uma coisa diferente de fazer barricadas.» Num país em que, de norte a sul, a opinião pública declarava o sistema político corrupto era imperativo proceder-se à «propaganda nova».

Por seu lado, em carta à noiva, Batalha Reis reunia o fim das conferências nos seguintes termos: «Quem pensa, quem estuda, quem pretende saber, vive em Portugal isolado de toda a gente que não pensa, que não estuda e que não sabe nem quer saber coisa nenhuma. Ora isto é desagradável, além de prejudicial para o país e para nós, entre mil motivos, até porque vivemos assim numa terra em que umas tantas coisas nem se lêem nem se entendem. Ora, é natural, é agradável, é bonito e é um dever dizer o que entendemos, o que pensamos, o que temos estudado².» Batalha Reis sentia-se obrigado a partilhar o que sabia com quem estivesse disposto a ouvi-lo. Mesmo se as lições fossem vistas como subversivas.

Na primeira conferência, proferida a 22 de Maio, Antero de Quental apontava, de novo, os objectivos do empreendimento. Consistiam eles na concentração dos «grandes espíritos do século» e na preparação de homens capazes de viver de acordo com os resultados da ciência. Advertia que Portugal se encontrava «sequestrado» dos grandes movimentos europeus, tratando-se de o libertar do jugo sob o qual jazia³. Habitado a estas diatribes, o público presente — composto por deputados, escritores, funcionários — apreciou. A opinião não foi partilhada por todos. A 24 de Maio, *A Nação*, um periódico católico, escrevia: «Ontem no salão do Casino começaram as célebres conferências democráticas. Qual é o seu fim? Espalhar as doutrinas que têm produzido em França as desgraças que têm horrorizado o mundo. Uma dúzia de

² Carta xvi, 1871, espólio de J. Batalha Reis, reservados da BN. Agradeço à Dr.^a Maria José Marinho a transcrição das cartas aqui citadas.

³ Como notou Rui Ramos, o objectivo era deliberadamente ambíguo (v. R. Ramos, «A formação da *intelligentsia* portuguesa, 1860-1880», in *Análise Social*, n.^{os} 116-117, 1992).

indivíduos desvairados pelas teorias do filosofismo liberal ou possuídos desta ambição insofrida que só nas perturbações sociais vêem ensejo para sair da obscuridade são os pregadores desta missão desorganizadora que, há muito, outros iguais, por diversos modos, têm empreendido com um tal ou qual sucesso, desmoralizando e insubordinando uma pequena parte da população das nossas cidades⁴.» Antero ficou radiante. Para encher a plateia, uma boa polémica era o ideal. *A Nação* desempenhava o papel às mil maravilhas.

Seguiu-se a palestra mais famosa, «Causas da decadência dos povos peninsulares», da autoria de Antero⁵. Eis, em resumo, as suas teses. Os motivos pelos quais a Península Ibérica entrara em decadência no século xvii haviam sido três: o Concílio de Trento, o absolutismo e as conquistas. Só o racionalismo moderno poderia salvar o país. Até meados do século xvi, a Península fora um centro de «criação e liberdade de pensamento». Depois, tudo ruína: «Deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expressão, passámos, quase sem transição, para o mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido.» Portugal tornara-se uma nação espectro: a vida económica decaía, a centralização esterilizava a vida local, a aristocracia tornara-se cortesã, a classe média não existia e o povo emudecera. O retrato era deliberadamente negro: «Saímos duma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre; entrámos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos e habitada por espectros de doutores.» O atraso do país, quando comparado com outras nações, era vergonhoso: «Assim, enquanto outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao último grau de desenvolvimento e aplicação.» A assistência ouvia, embargada, o profeta ruivo. Em carta à noiva, Batalha Reis comentava: «Minha Celeste, venho de ouvir o Antero. Foi magnífico. É um discurso que é um verdadeiro acontecimento: marca uma época em Portugal. Pode-se dizer que é a primeira vez que, em Portugal, entra o espírito moderno e a primeira vez que aqui se expõe, se fundamenta, se prova à evidência que o Catolicismo foi uma das causas, a mais terrível causa da decadência de Portugal e da Espanha. Foi um discurso esplêndido de erudição, de originalidade, de profundidade, de crítica admirável.» E, um pouco abaixo, acrescentava: «Olha, minha Celeste, têm as Conferências feito muita impressão. Sabes que o Rei, e no Paço, estão muito inquietos com elas, por aí fala-se imenso nisso⁶.» A geração de 1870 estava feliz com o escân-

⁴ António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930, p. 71.

⁵ A conferência foi editada no Porto nesse ano e depois incluída em *Prosas*, II, Coimbra, 1926. Pode também ser consultada em J. Serrão, *Prosas Sócio-Políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982, pp. 255-296.

⁶ Carta xv, 1871, espólio de J. Batalha Reis, reservados da BN.

dalo que provocara. A imprensa católica continuou a ajudá-los. Tanto *A Nação* como *O Bem Público* declararam, preto no branco, que por detrás de Antero estavam os comunistas. Para a *Nação* seria a Internacional a controlar tudo quanto ali era dito. Em tom não menos incendiário, *O Bem Público* intitulava os artigos que publicava sobre o acontecimento «Ecos da Comuna». A ambos respondeu Antero no *Jornal do Comércio* de 22 de Junho. Não lhe foi difícil vencer o debate.

A terceira conferência, intitulada «A literatura portuguesa», foi proferida por Augusto Soromenho, o mais velho conferencista do grupo. Provavelmente por o anúncio especificar que iria falar «um lente de literatura moderna no Curso Superior de Letras», a afluência foi menor. Mas os que assistiram não tiveram razões de queixa. Foi-lhes servido um feroz ataque contra os jornalistas. Segundo Soromenho, se o país não tinha uma literatura digna desse nome, isso devia-se ao desbragamento da imprensa. Excepto o *Diário de Notícias*, que estoicamente resumiu as palavras de Soromenho, os jornais optaram pelo silêncio.

Eça de Queirós falou a 12 de Junho de 1871. O título escolhido foi o de «A literatura nova»⁷. O romancista era pouco conhecido: apenas redigira uns folhetins líricos para a *Gazeta de Portugal*, uma sátira ao *roman-feuilleton*, artigos numa folha de Évora e um poema «satânico». Nada fazia prever que ele se fosse proclamar, naquela noite de 12 de Junho de 1871, apóstolo da ideia realista em literatura⁸. Mas foi isso que ele fez. Durante a viagem pelo Oriente releu Flaubert. O efeito fora devastador.

Eça começou por declarar que a revolução devia ser acatada como facto permanente e como teoria jurídica, donde derivava que tinha de penetrar em todas as esferas da vida social, incluindo a literatura. Ora, segundo ele, era exactamente aqui que as resistências eram maiores. Advogou que a arte não aparecia isoladamente nas sociedades, mas que, estando ligada à sua evolução, exibia o seu progresso ou decadência. A ninguém deveria surpreender o estado lamentável das artes nacionais. Depois da Revolução Francesa teria surgido uma tentativa de imitação da arte antiga, que amesquinhou tudo, do teatro ao romance. Viera depois a contra-revolução, isto é, o romantismo, mas os escritores continuaram incapazes de olhar o real: estabelecera-se um alheamento nefasto entre o artista e a sociedade. O realismo era uma reacção natural ao convencionalismo que assaltara as artes. No fim, Eça tentou responder antecipadamente às acusações usualmente feitas, conotando a nova escola com a «sarjeta». Foi então que Eça se lembrou de mencionar três

⁷ Os jornais anunciaram vários títulos, desde «A moderna literatura» até «Nova literatura». Nas *Farpas*, saídas poucos dias antes, Eça chamava-lhe «A afirmação do realismo como nova expressão da arte».

⁸ J. Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 295.

quadros do revolucionário Courbet, *Le retour de la conférence, Un enterrement à Ornans* e *Les casseurs de pierres*, que, evidentemente, ele nunca vira, mas que conhecia das descrições que deles fizera Proudhon⁹. Embora Pinheiro Chagas, que não estivera presente, não resistisse a criticar Eça, a sua conferência causou menos polémica do que as anteriores.

Na semana seguinte subiu à tribuna Adolfo Coelho. Vinha falar de «O ensino». O jovem decidira abordar uma matéria delicada, a questão da separação da Igreja católica e do Estado. Lamentava viver, disse, «num país em que o catolicismo é a religião do Estado imposta materialmente à consciência de todos os portugueses», antes de acrescentar que «o espírito científico é pois aqui repellido de tudo o que estiver sob a acção imediata do Estado [...] Numa palavra, a investigação livre da verdade é impossível em Portugal». Não contente com isto, decidiu atacar, em termos violentos, a Universidade de Coimbra, afirmando que «nestes últimos vinte anos, nenhum lente da Universidade produziu um só trabalho que fizesse dar à Ciência um passo». Terminou em glória: «Uma reforma radical não é talvez possível. Toda a reforma não radical é inútil¹⁰.»

O conteúdo da palestra era inflamatório. E foi um incêndio que Adolfo Coelho provocou. Mesmo os jornais que tinham apoiado as conferências se distanciaram. O *Diário Popular* escreveu, tentando conciliar o inconciliável: «A exasperação produzida no seu espírito esclarecido e investigador pelo atraso deplorável em que jaz em Portugal a instrução pública fez talvez com que só achasse joio no ensino ministrado nas nossas escolas.» O ataque era de tal ordem que A. Coelho conseguiu pôr o católico *A Nação* e o liberal *Jornal do Comércio* contra ele. O conferencista cometera um pecado capital: denegrira os lentes de Coimbra.

Tem-se pensado que foi o conteúdo da conferência seguinte, «Os historiadores críticos de Jesus», que teria levado à proibição das palestras. Quer o título escolhido por Salomão Saragga, quer as anunciadas lições de Batalha Reis sobre «O socialismo», a de Antero sobre «A República» e a de Augusto Fuschini sobre «A dedução positiva da ideia democrática», poderiam justificar a reacção do governo. Mas não é certo que tenham sido estas conferências a levar o presidente do Conselho, o duque de Ávila, a tomar a decisão que tomou. As erudições à la Renan ou os lirismos sobre a virtude republicana feriam menos do que as palavras de Adolfo Coelho.

No fundo, a interdição das conferências, que teve lugar a 26 de Junho de 1871, foi causada por uma variedade de elementos: os ataques à Igreja

⁹ As suas opiniões foram retiradas da obra de Proudhon *Du principe de l'art*, que, aliás, não cita. Para um resumo da sua conferência, v. António Salgado Júnior, *op. cit.*

¹⁰ Adolfo Coelho, *A Questão do Ensino*, Porto, 1872; v., do mesmo autor, *A Portaria de 26 de Junho...*, Lisboa, 1871.

católica, a ênfase na revolução, o louvor da Reforma protestante, a discussão sobre a divindade de Cristo e a denúncia da ignorância dos lentes. Antes de Adolfo Coelho já se tinham ouvido críticas aos lentes, mas estas eram, em geral, feitas *intramuros*. Agora era diferente. Um jovem, que nem bacharel era, resolvera destruir um dos pilares do regime.

E foi assim que, no Verão de 1871, as conferências foram encerradas. Mesmo admitindo que tudo tivesse sido uma birra de Ávila —é verdade que ele pretendeu mostrar-se forte—, o facto é que seguiu as regras a que a Constituição obrigava. Ouviu primeiro o procurador-geral da Coroa e só depois, perante o relatório recebido, mandou fechar as portas do Casino.

O parecer do procurador, Martens Ferrão, é uma resposta à carta do ministro do Reino (Ávila detinha igualmente esta pasta) que lhe chegara às mãos, acompanhada de um ofício do governador civil de Lisboa, o historiador Gama Barros, no qual se pediam informações sobre se haveria fundamentação legal para encerrar as prelecções. Eis o que, a 23 de Junho de 1871, Martens Ferrão —um lente de Coimbra— escreveu: «Da exposição feita no relatório mandado pelo governador civil, e dos extractos das lições publicadas nos jornais, vê-se que, além de outras doutrinas expendidas, que reputo erradas e filhas de grande superficialidade nos assuntos sobre que a lição versou, foi combatido o ensino católico, que é o da religião do Estado, insistindo o homem, que repetiu a lição, na necessidade de se apartar a religião do ensino para que este pudesse conseguir o seu fim.» Notava que o conferencista, que ele não se dignava nomear (Adolfo Coelho), deplorara o catolicismo e declarara todos os professores públicos ineptos. Seguidamente, informava que, da leitura dos resumos das anteriores conferências, ficara com a impressão de que todas elas haviam sido contrárias às leis e à religião do Estado. E concluía: «As prelecções no ‘Casino Lisbonense’ constituem um curso de lições professado por diferentes indivíduos para esse fim reunidos e combinados, sujeito assim, para todos os efeitos, ao decreto de 15 de Junho de 1870 [...] E como não pode haver reuniões convocadas para serem atacadas as instituições do País, a Religião, as leis, os corpos do Estado, em suma, o governo da Nação, pois que semelhantes factos são punidos pelo Código Penal, e pela Lei de Imprensa, é evidente o direito que o governo tem de mandar cessar as reuniões, em que, por qualquer forma, forem ofendidos os princípios indicados.» O procurador acrescentava ser o governo o juiz de quando conviria que o encerramento fosse adoptado: «Tendo, pois, nas lições que já foram feitas no Casino sido propaladas doutrinas contrárias e ofensivas da religião do Estado e da Carta Constitucional, e que induzem ao seu desprezo, ao de todo o corpo docente do País e à destruição do Estado existente, para ser substituído por uma ordem de coisas que não se define, a continuação daquelas lições seria sempre um perigo para a sociedade, mas muito principalmente na época difícil que se

está atravessando.» E continuava: «Esta é a questão francamente posta à sociedade actual, que tem de ser aceite como em si é: guerra social em que não pode haver neutros. Às vozes de extermínio contra a sociedade constituída e contra a Religião, viu Paris derrocados os seus monumentos, arrasados os seus edifícios públicos, violada a propriedade particular e a da nação, consumidos pelas chamas os museus, as bibliotecas, os arquivos do Estado, viu os ataques ao laço indissolúvel da família, aceite o direito ao roubo, os reféns massacrados ou queimados nas prisões e a liberdade substituída pelo terror em nome da Humanidade, que assim se diz regenerada. Este é o progresso das sociedades sem crenças, que por sistema rompem com todo o passado em todas as suas manifestações. A missão dos governos é por isso, hoje, mais do que nunca, difícil e melindrosa. Semelhantes factos num país grande precipitam-no na ruína; num país pequeno são, sem remédio, a sua aniquilação [...] É para mim certo que a religião não tem política, mas que a política não pode passar sem a religião.» Sendo as conferências «erróneas e ofensivas das leis, da Constituição e dos corpos do Estado», e constituindo «um perigo para a sociedade», o governo tinha obrigação de as proibir¹¹. Diante da divulgação maciça que os textos dos conferencistas têm recebido, a dimensão da citação justifica-se.

Tendo em conta o objectivo declarado das conferências — abalar o sistema político —, talvez os organizadores pudessem esperar a sua proibição. Mas vinte anos de tolerância tinham-nos levado a pensar que jamais seriam incomodados. E, quando o foram, não se importaram. De um dia para o outro, o país político ficou a conhecer o minúsculo grupo que se reunira no Largo da Abegoaria. No próprio dia da interdição, sentados a uma mesa do Café Central, numa esquina do Chiado, Antero redigiu uma nota, assinada por ele, por Adolfo Coelho, por Batalha Reis, por Salomão Saragga e por Eça de Queirós. Alem destes, 49 indivíduos apuseram o seu nome no documento, depois levado, por «uma pequena multidão», aos jornais para ser publicado no dia seguinte. Posteriormente, várias outras individualidades quiseram deixar registado o seu repúdio. Destes, o mais importante terá sido Alexandre Herculano, a quem José Fontana, que o historiador conhecia da «Bertrand», pedira um depoimento. Herculano dedicou umas linhas ao caso, aproveitando a ocasião para, mais uma vez, atacar o ultramontanismo. Entretanto, alguns jornais transcreviam cartas de intelectuais sobre o assunto¹².

¹¹ Parecer incluído na antologia organizada por J. A. França, *As Conferências do Casino na Parlamento*, Lisboa, Horizonte, 1973.

¹² António Salgado Júnior, no seu livro *História das Conferências do Casino*, diz (p. 121) que a 4 de Julho de 1871 Pinheiro Chagas mencionava no *Diário de Notícias* os perigos do «comunismo», insultando os que professavam tais ideias. Tendo consultado este periódico no dia indicado, não encontrei qualquer texto em que Chagas usasse aquela palavra. Aliás, nada

A 30 de Junho de 1871, no *Jornal da Noite*, Pinheiro Chagas chamava a atenção para a duplicidade subjacente à posição dos conferencistas. Segundo ele, enquanto aquele grupo reclamava para si a liberdade total de expressão, negava-a a quem pensasse de forma diferente: «Mas é necessário contudo que se perceba que, se os livres-pensadores querem propagar sem obstáculos as suas doutrinas, hão-de ser os primeiros a reclamarem para os seus adversários a pleníssima liberdade de ensino: se querem violar em seu proveito o artigo 6.º da Carta, hão-de consentir que a reacção quebre igualmente as barreiras que esse mesmo artigo lhe impõe.» E acrescentava: «A liberdade amplíssima do ensino é, em todos os países, onde ela não existe, reclamada principalmente pelos partidos extremos. A reacção ultramontana e o progressismo desordenado encontram-se, olhando-se de revés, nesse terreno e envidam os seus esforços para conquistarem a liberdade com o intuito secreto de a transformarem em monopólio por todos os meios, assim que a obtenham.» Pinheiro Chagas atacava os conferencistas, argumentando que, tal como os ultramontanos, eram perigosos extremistas: «Aplaudir as medidas repressivas que se tomam contra a reacção e invocar para isso o código fundamental, violando ao mesmo tempo a Carta no sentido oposto, é um verdadeiro contra-senso¹³.» A 3 de Julho, no *Diário de Notícias*, Pinheiro Chagas retomava o assunto. Depois de falar da queda da Bastilha, das revoluções de 1848 e do movimento proletário, apelava aos trabalhadores para se não deixarem cegar «por vãs e funestas utopias», garantindo-lhes não haver «civilização com senso moral todas as vezes que nela se apagam estas duas ideias santas, Deus e família»¹⁴. Perante estes artigos, Antero e Batalha Reis, os signatários do termo de responsabilidade pela realização das palestras entregue no Governo Civil, decidiram sentir-se ofendidos e, conforme os costumes da época, desafiaram Pinheiro Chagas para um duelo. Às testemunhas enviadas, Salomão Saragga e Eça de Queirós, Pinheiro Chagas disse que publicaria nos jornais uma declaração especificando não ter tido «intenção de ofender, nem sequer de aludir por forma alguma aos srs. Antero de Quental e Jaime Batalha Reis»¹⁵. O duelo ficou anulado; a honra, salva.

A 30 de Junho de 1871, Antero de Quental dirigia uma carta-aberta a Ávila¹⁶. Depois de lhe comunicar que se lhe dirigia oficialmente por, de forma pessoal, apenas se corresponder com «pessoas inteligentes, pouco

se publicara dele naquele dia. A 3 desse mês aparece, é certo, no local usualmente reservado aos «folhetins», um artigo seu sobre os precursores do socialismo, mas sem insinuações pessoais.

¹³ *Jornal da Noite*, 30-6-1871 e 1-7-1871.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 3-7-1871

¹⁵ J. Calvet de Magalhães, *José Maria, A Vida Privada de um Grande Escritor*, Lisboa, Bertrand, 1994, pp. 103-104.

¹⁶ A carta vem transcrita na obra de Salgado Júnior, p. 122.

condecoradas e de provada ortodoxia em gramática portuguesa», argumentava que a portaria que mandara fechar as conferências era um «acto não só contrário à lei e ao espírito da época, mas sobretudo atentatório da liberdade de pensamento, da liberdade da palavra e da liberdade de reunião, isto é, daqueles sagrados direitos sem os quais não há sociedade humana, verdadeira sociedade humana, no sentido ideal, justo, eterno, da palavra [...] Além disso, é um acto tolo.» Para o humilhar, Antero punha a hipótese de ter Ávila agido inconscientemente: «V. Excia contemplava cuidadosamente o seu museu de veneras: entre a contemplação estática da ordem do Elefante e a contemplação seráfica da ordem do Camelo, teve uma distração e fez uma portaria.» E perguntava-lhe: «V. Excia já ouviu falar em Pitt, em Gladstone, em Peel, em Bright, em Russell, em Palmerston? Não ouviu [...] Que fizeram os estadistas ingleses? Deixaram a *letra* e seguiram o *espírito* (das leis): interpretaram, condescenderam, deram razão à opinião. O que é a lei? É a opinião armada, nada mais. O que é a opinião? É o espírito da sociedade em que vivemos. Os estadistas ingleses são filósofos: a Inglaterra é um grande povo. V. Excia não é um estadista inglês. É António José da Vila, das Ilhas de Baixo¹⁷.» Esta passagem era acompanhada da seguinte nota: «António José da Vila é o nome verdadeiro do ilustre ministro: seu pai, o honrado plebeu, chamava-se simplesmente mestre José da Vila. Ávila é apenas a máscara aristocrática do *parvenu*. Quem diz o que pensa é criminoso: quem renega o nome do pai é ministro. *C'est la moralité de cette comédie...*» O morgado açoriano dava-se ao luxo de amesquinhar o plebeu que ascendera ao topo do aparelho de Estado¹⁸.

Mantendo o espírito provocatório exibido desde o início, Antero de Quental e Batalha Reis decidiram, a 4 de Julho de 1871, escrever uma carta ao procurador-geral exigindo serem julgados com base no argumento de o encerramento das conferências carecer do julgamento prévio dos seus organizadores. Enquanto os dois assim andavam entretidos, nas *Farpas* de Julho de 1871 Eça tentava recordar os códigos, com o objectivo de atacar o presidente do Conselho. Declarava que o poder optara por ver política onde apenas houvera «um intuito científico». Assim, a culpa de as conferências terem degenerado num acontecimento político — com abaixo-assinados, ma-

¹⁷ Ana Maria Almeida Martins (org.), *Antero de Quental, Cartas*, 1, Lisboa, Universidade dos Açores/Comunicação, 1989, pp. 129-135.

¹⁸ Eça conta, no artigo que publicou no *In Memoriam* em homenagem à morte de Antero, que este, ao saber do desgosto que esta referência causara ao marquês de Ávila, quase chorara, tendo ido a correr à *Revolução de Setembro* proclamando: «Errei! Errei!» Eça engana-se, contudo, num pormenor: não fora aquele o jornal escolhido, mas, segundo informações de A. Salgado Júnior, o *Jornal da Noite*. Antero acabará por ali publicar, a 7 de Julho de 1871, um desmentido sobre o verdadeiro apelido do pai Ávila. V. ainda José Bruno Carreiro, *Antero de Quental*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1981, vol. 1, p. 422.

nifestos nos jornais, reuniões em cafés — era do governo. Tentava depois analisar a legalidade da interdição, citando o artigo 145.º da Carta (sobre liberdade de expressão). Não sendo a matéria jurídica o seu forte, decidiu mudar de via: «O comissário assistente das conferências, o sr. Rangel, não intimidou e não advertiu o sr. Antero de Quental, nem em voz alta, nem com gestos. Talvez o fizesse por suspiros — mas esse caso não está na lei.» E, com ar ingénuo, interrogava: «Em que atacavam estas (as conferências) a religião ou as instituições políticas?» Não resistiu, contudo, a regressar à lógica jurídica: «Ora, segundo o citado artigo da Carta, só se pode coibir a liberdade de pensamento *quando houver abuso*: e, como esse abuso não existia, pelo simples motivo que a conferência ainda não fora feita (Eça partia do princípio de que a proibição fora provocada por uma futura conferência e que, por consequência, o pensamento se não manifestara), segue-se que o sr. ministro do Reino violou a Carta, se esta palavra *violar* ainda se pode empregar a respeito da Carta, sem atrair sorrisos maliciosos sobre tão insensata metáfora.» Segundo ele, a única coisa que o ministro do Reino poderia legitimamente ter feito era processar Antero de Quental. Tudo o resto, «a rude supressão da palavra a prelectores de literatura, de arte e de pedagogia», era anticonstitucional.

Esgrimida a arma da «legalidade», restava a Eça a da «equidade». Uma vez que o governo deixava vender obras supostamente revolucionárias, dizia, como as de Proudhon, e de pensadores críticos da Igreja, como as de Renan, qual o motivo que o levava a impedir os intelectuais de falarem entre si de tais temas? «Sejamos lógicos», declarava, «fechemos as conferências do Casino onde se *ouvem* doutrinas livres, mas expulsemos os livros onde se lêem doutrinas livres. *Ouvir e ler* dá os mesmos resultados para a inteligência, para a memória e para a acção: é a mesma entrada para a consciência por duas portas paralelas. Façamos calar o sr. Antero de Quental, mas proibamos na alfândega a entrada dos livros de Victor Hugo, Proudhon, Langlois, Feuerbach, Quinet, Littré, toda a crítica francesa, todo o pensamento alemão, toda a ideia, toda a história.» Eça sabia que a classe governante, que se queria ilustrada, não gostava de ouvir tais coisas. Por isso as disse.

Em Portugal, os casos de proibição de livros eram raríssimos. Mas aconteciam. Para deleite de Eça, em Maio de 1871, o governo mandara apreender um opúsculo anónimo, intitulado *A Comuna de Paris e o Governo de Versailles* (note-se que o mesmo era publicado pela digna Imprensa da Universidade de Coimbra), mas a ordem não pôde ser executada, pois a publicação esgotara-se. Nesse opúsculo, José Falcão, um professor de Matemática daquela Universidade, defendia, nada mais nada menos, certos actos cometidos pelos *communards*. Eça decidiu escrever sobre o assunto a fim de reforçar o seu ponto de que o povo estava adormecido, as classes médias sossegadas e o resto da humanidade em paz. *As Farpas* argumentavam: «O governo de sua ma-

jestade sabe muito bem que em Portugal não há partidos republicanos nem socialistas, nem conspiradores; sabe perfeitamente que nem há clubes, nem agentes da Internacional, nem associações secretas, nem escritores que ensinam o socialismo, nem jornais que o discutam nem armas que o realizem. Pois bem! O governo inventa em Portugal o socialismo, como o Segundo Império inventava as conspirações em Paris. O governo cria o fantasma *vermelho* para ter o prazer de o combater.» Não era verdade. Podia não haver muitos proletários, mas gente a conspirar havia-a por todos os cantos.

Para defender que o encerramento das conferências fora um gesto de tirania sem precedentes, Eça tentou apresentar os seus amigos como um grupo que apenas pretendia a importação, para o país, do reformismo à inglesa: «Nós não queremos também que num país como este, ignorante, desorganizado, se lance através das ambições e das cóleras o grito da revolta! Queremos a revolução preparada na região das ideias e da ciência; espalhada pela influência pacífica de uma opinião esclarecida; realizada pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; enfim *uma revolução pelo Governo*, tal como ela se faz lentamente e fecundamente na sociedade inglesa.» E continuava: «Detestamos o facho tradicional, o sentimental *rebate* de sinos; e parece-nos que um tiro é um argumento que penetra o adversário — um tanto de mais!» Sabendo Eça perfeitamente o que Antero e Batalha Reis andavam a fazer durante este período, é evidente que estava a ser desonesto. O que não o impedia de ter um ponto forte: «Pois é permitido à *Nação* publicar, em prosa impressa e permanente, ataques rancorosos à liberdade constitucional e à realeza constitucional — e não pode ser permitido ao sr. Antero condenar as monarquias absolutas e ao Sr. Soromenho condenar os romances eróticos¹⁹»

Entretanto, os protestos contra o encerramento das conferências continuavam. A 1 de Agosto, Antero e Batalha Reis enviavam para a Câmara dos Deputados um requerimento denunciando a ilegalidade da portaria. A 2, o deputado Luís de Campos, tido como um grande poeta, leu o requerimento dos conferencistas, mas Ávila conseguiu o número suficiente de votos para impedir a sua discussão. Entretanto, houve eleições. A nova maioria pronunciou-se em sentido contrário à anterior, acabando a questão das conferências por ser mesmo discutida²⁰. Sobre a matéria falaram Ávila, Martens Ferrão, o conde de Vila Real, Barros e Cunha, o visconde de Moreira de Rey, Arrobas, Tomás de Carvalho e Pinheiro Chagas. O discurso mais interessante foi o deste jovem, de 29 anos, que, alguns anos antes, com o seu *Poema sobre a Mocidade* (prefaciado por Castilho), dera origem à famosa «questão

¹⁹ Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello, 1969.

²⁰ O parlamento manter-se-ia aberto durante o Verão (v. J. A. França, *op. cit.*, pp. 159-171).

coimbrã». Mais uma vez se encontravam frente a frente Antero e Pinheiro Chagas. Este esmerou-se na elaboração do discurso, que, aliás, constituía a sua estreia parlamentar. Antes de começar a falar, tinha mandado para a mesa a seguinte moção: «A câmara entende que as circunstâncias especiais, em que se acha a Europa, justificam o procedimento do governo em relação às Conferências Democráticas.» Habilmente, comparava a proibição destas conferências com proibições pretéritas, como seja a relativa às «irmãs de caridade», um assunto que envenenara a vida política entre 1858 e 1862²¹. À época, acusou, os radicais nem sequer se colocaram o problema de saber se, ao impedir as irmãs de exercer o seu mister, não estariam a violar o princípio da liberdade de prestar assistência e de ensinar. Havia em Portugal, na sua opinião, dois pesos e duas medidas, um para a esquerda, outro para a direita. A esquerda podia, em princípio, dizer, alto e em bom som, tudo o que queria; a direita tinha de manter mil cautelas.

Sobre as conferências, a que, aliás, não assistira, dizia Pinheiro Chagas, feliz no seu papel de deputado: «Entendia-se [...] que os prelectores eram homens de ideias avançadas, liberais avançados, homens de futuro, a guarda avançada do exército que vai, pelo caminho do progresso, à conquista da Jerusalém do porvir.» Este pressuposto fazia com que aqueles que, como ele, deles divergiam fossem apelidados de reaccionários. Ora ele não gostava de assim ser adjectivado: «Aqueles que combatiam as Conferências democráticas eram considerados (um pouco desdenhosamente) como os defensores da lei e os mantenedores da ordem, mas também como homens que vêm no estacionamento, ou talvez na reacção, o ideal supremo das sociedades humanas.» Preocupado, continuava: «Eu, que fui envolto na onda destas acusações, eu que falo hoje pela primeira vez num assunto de certa magnitude [...] preciso de fixar bem quais são os meus princípios políticos e de procurar demonstrar que me conservei, que me tenho conservado, que espero sempre conservar-me no terreno em que tenho pugnado em prol da liberdade e do progresso, na sua acepção mais ampla e mais rasgada.» As conferências, argumentava Pinheiro Chagas, obedeciam ao seguinte plano: «Um dos conferentes aplaudia e exaltava o realismo, especialmente porque o considerava a arte posta ao serviço do socialismo; outro, falando acerca do ensino, como que via no ateísmo a conclusão lógica de todas as ciências humanas, defendendo assim essas ideias ateístas ou niilistas, que, tanto na escravizada Rússia como na França apaixonada da liberdade, parecem ser o apanágio de todas as escolas socialistas; outro, enfim, falando na decadência da Península nos últimos três séculos, decadência infelizmente bem evidente, apresentava como o único remédio, que podia curar os nossos males, como o único

²¹ V. M. Fátima Bonifácio, «A republicanização da Monarquia (1858-1862)», in *Apologia da História Política*, Lisboa, Quetzal, 1999.

obstáculo à nossa decadência, a república socialista.» Insistia em reafirmar não ser de direita, afirmando não lhe repugnar sequer a ideia de república: «Que haja um partido que adore a forma republicana não é coisa que eu estranhe, nem me assuste; que suponham porém que a passagem do constitucionalismo para a república seja um progresso tal que mereça o holocausto de inúmeras vítimas humanas, o derramamento de torrentes de sangue, é um erro crassíssimo que a história se encarrega de refutar.» Com o socialismo, as coisas pioravam. Considerava este partido «altamente nefasto e perigoso», entendendo que «devemos defender a liberdade contra o socialismo, como a temos defendido contra a reacção». Após reflexão, concluía ser imperioso que a Câmara percebesse que «nós temos de lutar agora contra a reacção demagógica, como tivemos de lutar em outro tempo contra a reacção ultramontana». Já perto do fim, acrescentava que «a propaganda do Casino era uma verdadeira conspiração contra a ideia de Pátria». Começava a longa conversa sobre patriotismo que Pinheiro Chagas iria manter ao longo da vida com Eça de Queirós²².

Por dele se conhecerem sobretudo as polémicas com Eça, em que este consegue frequentemente torná-lo ridículo, Pinheiro Chagas tem sido mal tratado pela historiografia. Mas o «granadeiro» não era um pateta. Conseguiu deslocar a polémica para o que importava: a demonstração de que as conferências não eram conversas entre amigos sobre temas etéreos, mas propaganda política. Tivera ainda razão ao salientar a atmosfera carregada em que se vivia nesse Verão de 1871. Certamente ninguém imaginava Eça correndo, após terminar a sua palestra, para uma cave esconsa, onde, ao lado de plebeus analfabetos, se dedicasse a tecer planos para derrubar o trono e o altar. Mas, entre os conferencistas, havia quem andasse a lutar pelo advento da revolução. Poderia esta ser utópica; mas não era certamente o reformismo de que falava Eça. Além disso, para alguns, como Batalha Reis, a Comuna não era o «crime» que os jornais propagandeavam. Como explicava à noiva, que lhe dissera considerar todas as guerras horríveis, ocasiões havia em que era imperioso usar a violência: «Mas, no estado actual da Humanidade, as guerras são inevitáveis. Resta, pois, saber, quando dois grupos de homens fazem a guerra, qual a faz em nome de melhores ideias. Aqui tens porque actualmente, em França, eu sou pela Comuna. A Comuna, minha Celeste, representa a miséria dos operários sem trabalho, dos operários que não chegavam a ganhar para as suas famílias, para o pão das suas famílias, enquanto os donos das fábricas juntam em poucos anos milhões, dos pobres, dos desgra-

²² Numa das *Farpas*, de Setembro de 1871, Ramalho criticará o discurso de Pinheiro Chagas. Apesar de não ter querido participar no acontecimento, Ramalho defendia que a supressão das conferências fora uma ilegalidade (Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Clássica, 1944, vol. IX, pp. 7-16).

çados, que eram já filhos de filhos de filhos de operários miseráveis. Ora é razoável, é digno defender das calúnias com que os atacam estes desgraçados, que nunca tiveram uma recompensa para o seu trabalho. Aqui tens porque sou pela Comuna²³.»

Em simultâneo com a redacção de palestras, Antero e Batalha Reis ocupavam-se de actividades menos lícitas. O intermediário entre eles e os revolucionários era José Fontana, um suíço emigrado, que trabalhava na livraria «Bertrand». Batalha Reis conta que, aos domingos de manhã, e às vezes de semana, depois de encerrada a livraria, Fontana aparecia pelo *Cenáculo*: «Sempre vestido de preto, muito alto, muito magro, muito pálido, o cabelo longo, negro e corredio, um pequeno bigode alourado, todas as feições como que aguçadas, o olhar e o sorriso tristes, apertava-nos as mãos silenciosamente e sentava-se a um canto, se havia mais alguém presente, sem quase tomar parte na conversação.» Todavia, mal saíam os convivas que não conhecia, aproximava-se dos íntimos e dizia-lhes: «Para a semana ... sabem? Para a semana, sem a menor dúvida, rebenta *ela*.» Ela, tome-se nota, era a revolução. E mostrava cartas em que se falava dos movimentos revolucionários que iriam levar, por toda a Europa, à implantação de uma série de repúblicas. Fontana não se contentava com este regime: queria a revolução social, a qual, segundo ele, inevitavelmente lhe sucederia. Antero apresentava dúvidas, Batalha Reis objecções, mas nada era capaz de destruir a fé de Fontana. A revolução chegaria, porque «*ela* não pode deixar de rebentar, o mais tardar, para a semana». Não eram tardes inocentes.

Como o não eram as noites. A assistência das conferências andaria à volta de 300 pessoas. Não eram muitas, mas eram influentes. O *Jornal da Noite*, que via a organização com bons olhos, dá-nos o tipo de público que ali se reunia: «Membros do parlamento, escritores, jornalistas, funcionários superiores e indivíduos pertencentes a diversas classes. Operário e povo propriamente dito não havia naquele recinto ou estavam em minoria²⁴.» Mais tarde, Batalha Reis afirmou que, em todas as conferências, tinham estado presentes alguns trabalhadores, arrebanhados por José Fontana. Mas o seu número era certamente muito reduzido.

Durante a Primavera e o Verão de 1871, o país saiu da sua pacatez habitual. Acolheu espanhóis em missões de propaganda, revolucionários franceses em fuga e até espões especializados em contra-revolução. Em Junho tinham chegado alguns dirigentes da Associação Internacional dos Trabalhadores, cuja intenção era ajudar a fundar, em Portugal, uma célula da organização. Lorenzo, Morago e Mora, os três espanhóis fugidos da polícia,

²³ Carta xiv, 1871, espólio J. Batalha Reis, reservados da BN.

²⁴ António Salgado Júnior, *op. cit.*, pp. 255-297.

não obedeciam a K. Marx, mas a Bakounine. Batalha Reis conta-nos que Fontana lhe aparecera um dia em casa por eles acompanhado: «Estes três homens, sem dúvida muito notáveis e depois muito conhecidos em todo o mundo, disseram-nos o plano da vasta organização, expuseram as doutrinas de Karl Marx e as teorias que, já então, dividiam o Socialismo nascente sob esta nova forma de combate.» Por causa da polícia, Fontana sugeriu que se encontrassem a bordo de uma barcaça no Tejo: «Nessa mesma noite fomos ao Aterro, o Antero e eu, pagámos o bote a um barqueiro para nos deixar remar sozinhos no seu bote e fizemo-nos ao largo. A uma hora combinada, aproximámo-nos dum outro cais, onde o Fontana nos esperava com os internacionalistas.» Os dois portugueses ouviram então falar longamente do associativismo proletário: «Durante horas, nessa noite e nas seguintes, sobre o Tejo, enquanto eu remava, o Antero discutia com os emissários socialistas a revolução operária que já lavrava na Europa²⁵.» Mora terá conseguido organizar um núcleo de «aliancistas» (anarquistas) em Lisboa, mas a semente não deu grandes frutos. O polícia francês Latour — mandado vir pelo governo português para espiar estas movimentações — admirava-se com o que via: «Neste país, onde desde há muitos anos, os costumes e as leis estabeleceram um regime de grande liberdade, acrescida de grande tolerância, as associações podem formar-se sem dificuldade²⁶.» O perigo de uma insurreição proletária, tal como ele a vira em Paris, considerava-o, todavia, inexistente. Maçado com tão pouca matéria para comentar, não tardou aliás a partir. Mas o governo continuou apreensivo com a proliferação de clubes.

Havia, de um lado, os socialistas, muitos deles operários respeitáveis, pacientes e autodidactas. Era entre eles que Antero se sentia melhor. Foi por esta altura que escreveu um opúsculo intitulado *O Que É a Internacional*, posto à venda no final de 1871, e que redigiu o artigo de abertura de *O Pensamento Social*. Pelas bandas republicanas multiplicavam-se grupelhos. Embora conhecessem muitos dos seus militantes, os conferencistas não frequentavam estes círculos. Significativamente, Antero nunca aderiu ao Partido Republicano, povoado por pequeno-burgueses, que ele desprezava. Havia ainda, como contava Batalha Reis, muitos rapazes novos que «generosamente aspiravam a ter um partido político e a ser, em sucessivas fases de dedicação patriótica, administradores de concelho, deputados influentes, oradores imaginosos e ministros argutos» e, por fim, sobressaíam uns rapazes pretensiosos para quem «os estadistas portugueses eram sobretudo odiosos pela sua extensa mediocridade literária, pela sua enfática nulidade retórica e pela sua absoluta chateza artística. Estes visionários, descontentes de uma política,

²⁵ Sobre todo este episódio, v. Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal, 1875-1934*, Lisboa, IN, 1984.

²⁶ M. Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 37

com efeito sem finanças, mas escandalosamente sem estética, reuniam-se em diferentes cafés, em tipografias de jornais pouco lidos, em lojas maçónicas emprestadas, e discutiam, vagamente, toda a sorte de ideais políticos e administrativos²⁷.» Pouco faltou para que, inconscientemente, Batalha Reis fizesse o retrato do grupo.

Ao contrário dos seus amigos, Eça não participou nestas aventuras políticas. O que não o impediu de se gabar de o ter feito, não tanto por vaidade, mas por razões pragmáticas. Numa carta, possivelmente escrita ainda em 1871, enviada a Manuel Emídio Garcia, um professor de Coimbra de ideias avançadas, pedia-lhe que divulgasse as *Farpas* naquela cidade²⁸. Salientava ser a publicação particularmente importante por coincidir «com o aparecimento do espírito revolucionário em Lisboa». Para lhe causar inveja, ou para o levar a divulgar o folhetim, exagerava o clima revolucionário que se vivia na capital: «Aqui, meu caro Garcia, conspira-se, há clubes, projectam-se jornais, há muita excitação e bastante vontade. Não penses que é um movimento isolado de alguns espíritos mais esclarecidos: é uma intenção quase unânime e que se apoia no pequeno comércio e na classe operária. Temos esperanças.» O mais estranho vem a seguir: «Eu mesmo, que te falo, sou membro da Internacional, mas compreendes que não fui filiado por esses supostos agentes que os jornais falaram, que são alguns especuladores de Madrid que se harmonizaram com os *Penicheiros*.» Era, evidentemente, pura fantasia. Mas era destas fantasias que o país andava cheio.

Seja qual for o ponto de vista que se adopte, foram anos terríveis em Portugal. Em 1868, a crise económica era tão grave que ninguém queria assumir o poder. Houve governos de semanas, coligações, ditaduras militares. As classes trabalhadores, que tinham visto os seus salários descer, agitavam-se. As greves em fábricas importantes multiplicaram-se. Em 1871, olhando o que se passava em Espanha e em França, era natural que um governante estivesse nervoso. Hoje sabemos que a Comuna foi vencida, que a monarquia espanhola foi restaurada e que, em Portugal, tudo desembocou nas plácidas águas do fontismo. Mas os contemporâneos não o sabiam.

²⁷ J. Batalha Reis, «Anos de Lisboa: algumas lembranças», in *Anthero de Quental, In Memoriam*, Porto, Mathieu Lukan, 1896, pp. 451-452.

²⁸ Carta não datada, mas a que Guilherme de Castilho atribuiu a data de 1871, com interrogação, in *Eça de Queiroz, Correspondência*, Lisboa, IN, 1983, pp. 61-62. Emídio Garcia frequentara a universidade entre 1856 e 1862, sendo assim quase contemporâneo de Eça. A tolerância vigente era tal que este professor não só leccionava, da sua cátedra, as teorias de Proudhon, como, em 1871-1872, propusera, como um dos temas para um exercício académico, o tema «Influências do socialismo e da Internacional na administração e na política dos Estados», um trabalho que viria a ser publicado sob o título *A Internacional e o Socialismo*, Coimbra, 1872.

Durante muito tempo não se voltou a falar nas conferências do Casino. Os participantes tinham morrido, o acontecimento deslizou para uma nota de rodapé. Nos anos 60 deste século, a «geração de 70», cuja iconoclastia atraía os jovens, passou a estar na moda. Antero de Quental, Batalha Reis e Eça de Queirós foram vistos como vítimas indefesas de uma monarquia quase equiparada ao salazarismo. E, no entanto, nada podia estar mais longe da verdade. Se alguma coisa, o grau de indignação dos contemporâneos perante a supressão das «conferências do Casino» prova exactamente o contrário. A interdição foi sentida como algo de incompreensível, pela simples razão de que até àquela data os intelectuais tinham podido dizer e escrever tudo o que lhes apetecia.

De facto, no que diz respeito à liberdade de expressão, a situação portuguesa era ímpar. Nem em França nem em Inglaterra se vivia algo de semelhante. Flaubert tivera de ir a tribunal defender a sua *Madame Bovary*. Como punição pelos seus versos, Hugo foi forçado a viver no exílio anos a fio. Hardy viu os seus romances condenados como imorais. Isto para não falar nos países a leste, onde coisas mais terríveis aconteciam. E, no entanto, em Portugal, ninguém ficou chocado com *O Crime do Padre Amaro!*

Um político mais seguro do que Ávila, ou melhor, um político navegando em águas menos convulsas, teria, provavelmente, fechado os olhos ao que se passara no Largo da Abegoaria. Mas, tendo em conta o contexto nacional e internacional, Ávila preferiu não correr riscos. A prova de que a monarquia constitucional não interferia de ânimo leve na liberdade de expressão está em que, durante as décadas seguintes, nada de semelhante voltou a ocorrer. Os intelectuais continuaram a pensar, a escrever e a dizer tudo o que queriam. Tão-pouco sofreram os conferencistas de 1871 a mais leve beliscadura nas suas carreiras. Em breve, Eça seria nomeado cônsul, Batalha Reis lente do Instituto Geral de Agronomia, Adolfo Coelho professor do Curso Superior de Letras. Só Antero, que preferia viver das rendas das suas terras açorianas, se manteve à margem do Estado, enquanto Salomão Saragga, de uma família riquíssima, decidia ir viver para Paris. Todos foram esquecendo a «maldade» de Ávila.

Em 1890, eis como, sob o pseudónimo de «um espectador», Eça descrevia, na *Revista de Portugal*, o que tinham sido as conferências: «Muito bem nos lembramos de ir lá ouvir o nosso saudoso amigo Soromenho, o erudito auxiliar de Alexandre Herculano, discorrer sobre Chateaubriand; e dias depois o sr. Eça de Queirós (lembrar que este estava a escrever sob pseudónimo) apresentar, muito antes de Zola (*sic*), as bases de uma nova estética, o *realismo*. Apesar de não ameaçarem muito seriamente a ordem, ainda assim foram estas palestras julgadas subversivas pelo duque (então marquês) de Ávila, que as proibiu no dia em que um dos conferentes (o sr. Batalha

Reis, se não nos enganamos) ia falar sobre a ‘Divindade de Jesus’²⁹.» Comentava ainda: «A imprensa de oposição exibiu a costumada indignação liberal; o sr. Dias Ferreira fez uma interpelação ao ministério; e não se falou mais nas conferências do Casino, de que apenas resta como vestígio uma verdadeira jóia de crítica histórica, um folheto do sr. Antero de Quental, hoje muito raro, sobre a *Decadência dos Povos Peninsulares*.»

Para percebermos o que aconteceu na noite de 26 de Junho de 1871, a opinião do procurador-geral da Coroa tem de ser colocada ao lado do protesto dos intelectuais e, ambos, no contexto daquele Verão. O que os participantes escreveram sobre a supressão das conferências, a única peça do processo até agora divulgada, tem de ser confrontado com a reacção oficial. Estes amigos não se sentaram à mesa, de caneta na mão, para nos deixarem o verdadeiro retrato da pátria: fizeram-no para ganhar um combate. Ora, por muito que Eça nos faça rir nas *Farpas*, ele não tinha toda a razão. Uma coisa era ler Proudhon, sossegadinho em casa, outra denegrir, em público, a Igreja católica, propagandear a revolução e atacar os catedráticos. Os jovens — excepto Soromenho, tinham todos menos de 30 anos — queriam mesmo abalar o regime. Escudado pelo douto Martens Ferrão, ergueu-se-lhes, pela frente, a figura pesada do marquês de Ávila. Mas isso não é desculpa para que a posteridade tenha passado a olhar os primeiros como uns inocentes e o segundo como um Calígula. Passados mais de cem anos, é tempo de olhar a polémica sobre o encerramento das «conferências do Casino» com frieza.